

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Costanzo Álvares, 55, tel.: 836-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

**Diretor Responsável**

**RUY MESQUITA**

**Diretores**

Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## A energia que o Estado ainda não destruiu

A economia de mercado, onde se pratica o livre jogo da oferta e da procura, reage com rapidez aos estímulos, por pequenos que sejam. Embora a economia brasileira não possa ser caracterizada como de mercado — pois convive com uma série infindável de regulações, com o excesso de atividade do Estado e com congelamentos/tabelamentos de preços —, também ela dá mostras de que sobrevive e reage.

Dois dos sinais mais recentes dessa reação estão no aumento das vendas do comércio e na queda do desemprego da Grande São Paulo. O comércio paulistano está vendendo bem mais do que vendeu no ano passado. Cálculos da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) indicam que, em abril último, as vendas foram 32,2% superiores às de abril de 1988; nessa comparação, os números da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecesp) são mais modestos, mas também revelam um expressivo aumento, de 10,6%.

Quanto ao mercado de trabalho, a pesquisa mensal realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostra que, em abril, o índice de desemprego na Grande São Paulo caiu 0,5%. Esse número confirma os dados levantados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que indicam aumento de 1,7% no nível de ocupação da indústria paulista no mês passado.

O governo fracassou no seu intento de refrear a demanda. Daí a gestação de novas medidas destinadas a reduzir o consumo (restrições às compras pelo crediário, ao uso dos cartões de crédito e aos consórcios), cujos efeitos serão certamente escassos. A demanda poderá até cair, como prevêem os economistas, mas não por causa dessa nova interferência governamental na vida dos consumidores e sim porque as razões que determinaram seu aquecimento atual não sobreviverão por muito tempo. O consumo está explodindo porque a população teme a escassez e o aumento futuro dos preços das mercadorias. O consumidor compra agora o que poderá não comprar no mês que vem — ou não terá o que comprar ou não terá como pagar, supõe. Além disso, a aceleração do processo inflacionário — já se fala em 15% em junho — corroerá impiedosamente os ganhos salariais obtidos até agora e se converterá em inibidor dos gastos.

A discussão da duração do atual surto de consumo, entretanto, não está nos objetivos deste editorial. O que queremos mostrar é que os agentes econômicos, as forças do mercado procuram sempre adaptar-se a situações novas, uns procurando consumir ou poupar, conforme lhes seja mais interessante no momento, outros procurando produzir bens mais adequados — do ponto de vista da qualidade e da quantidade — aos mercados em que atuam, num processo absolutamente incontrolável, mas que é responsável pelo período de grande prosperidade que o mundo vive já há alguns anos. O atual surto de demanda é um desses momentos de adaptação. Ainda que efêmeros, esses momentos são reveladores das energias espontâneas da sociedade, que o peso sufocante do Estado não consegue destruir.

Essa energia é enorme na economia brasileira — e nisso está a diferença fundamental entre a situação do Brasil e a da Argentina, onde o setor privado foi pulverizado e a indústria sucateada. Até recentemente, a perspectiva de vitória de candidatos claramente contrários aos princípios da economia de mercado, isto é, à liberdade — seja ela política ou econômica — nas eleições presidenciais deste ano atemorizava os agentes econômicos, que preferiam não fazer investimentos de risco, como são aqueles destinados a ampliar a capacidade produtiva do país. Muitos procuravam o refúgio das aplicações em títulos públicos, remunerados com taxas reais elevadas e risco baixo (pelo enquanto não se falou na hipótese de calote da dívida interna); outros, aqueles que podiam, protegiam-se com a remessa de capital para o exterior. Estudo publicado pelo Relatório Trevisan, editado pela empresa de consultoria Trevisan & Associados, mostra que 35,0% da poupança financeira do país estavam aplicados em títulos da dívida pública (dos governos federal, estaduais e municipais), num total de NCz\$ 35,4 bilhões, no final do ano passado. Nos quatro primeiros meses de 1989, as empresas estrangeiras retornaram ao exterior, pelas vias legais, um total de US\$ 271 milhões, cifra que deverá atingir US\$ 350 milhões até o final deste mês, contra US\$ 239 milhões de janeiro a maio de 1986, ano em que foi implantado o Plano Cruzado.

É provável que, com as mudanças nas previsões eleitorais, se esteja reduzindo o temor e o grau de incerteza que inibia os investimentos. A 91ª Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas, englobando 2.110 companhias que faturaram NCz\$ 25,2 bilhões no ano passado, mostra que a maior parte das empresas brasileiras da indústria de transformação aposta no crescimento da produção.

Há, ainda, outro dado muito alentador quanto às possibilidades de retomada do crescimento — às taxas históricas da economia brasileira, acima de 6% ao ano — num futuro próximo, desde que as condições políticas permitam. Trata-se da taxa de poupança do setor privado. No ano passado, de acordo com dados preliminares do governo, essa taxa (que inclui também a poupança das empresas estatais) atingiu 20,99% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso quer dizer que as empresas conseguiram poupar mais de um quinto de tudo o que se produziu no país no ano passado. Trata-se de um recorde histórico. Com exceção de 1987, quando atingiu 19,0%, essa taxa vinha se mantendo abaixo dos 17% desde 1973.

Para onde foi esse dinheiro? O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, acredita que boa parte dessa poupança vem sendo utilizada para financiar o setor público (cuja poupança foi negativa no ano passado, repetindo o comportamento do ano anterior).

anterior). Falido, o setor público não investe; pior, ao captar recursos do setor privado, impede que este invista de acordo com sua capacidade e nos níveis exigidos pela sociedade brasileira.

Condições para crescer a iniciativa privada demonstra ter. Mas o progresso é impedido pelo Estado e pela insegurança quanto à evolução da situação política.